

Sumário

Introdução.....	1
A pesquisa.....	1
Estrutura e conteúdo.....	10
1. Direitos fundamentais e princípios penais.....	15
1.1 Direitos fundamentais – humanos, naturais e positivados.....	16
1.2 Direitos fundamentais na Constituição de 1988	19
1.3 Direitos fundamentais penais – previsão na história constitucional do Brasil.....	21
1.4 Os direitos fundamentais como princípios	24
1.5 Pessoas jurídicas como sujeitos de direitos fundamentais	27
2. Direito Penal e Direito Administrativo Sancionador	31
2.1 Expansão do Direito Penal na sociedade de risco: expectativa de solução, realidade de frustração	31
2.2 A expansão na América Latina e no Brasil	37
2.3 “Administrativização” do Direito Penal	41
2.4 O Direito de Intervenção e sua relação com o Direito Administrativo Sancionador	44
2.5 “Penalização” do Direito Administrativo Sancionador.....	50
2.6 Princípio da proporcionalidade – diretriz do Estado Democrático de Direito.....	52
2.6.1 Fundamentos.....	52
2.6.2 Proporcionalidade da punição	54
2.6.3 O princípio da proporcionalidade no Brasil.....	56
2.6.4 Proporcionalidade no Direito Administrativo Sancionador	59

3. Princípios constitucionais penais – aplicação no Direito Administrativo Sancionador	65
3.1 Legalidade – artigo 5º, XXXIX, da Constituição de 1988	66
3.1.1 Legalidade no Direito Penal	66
3.1.2 Legalidade administrativa.....	71
3.1.3 Legalidade no Direito Administrativo Sancionador	75
3.2 Retroatividade da lei penal mais benéfica – artigo 5º, XL, da Constituição de 1988	83
3.2.1 O princípio da irretroatividade no Direito Administrativo Sancionador.....	83
3.2.2 A irretroatividade da Resolução ANP nº 64/2014	86
3.2.3 A norma constitucional.....	91
3.2.4 As exceções	96
3.2.5 A controversa aplicação da retroatividade benéfica no Direito Administrativo Sancionador	98
3.2.6 Aplicação com matizes no Direito Administrativo Sancionador.....	103
3.3 Intranscendência da pena – artigo 5º, XLV, da Constituição de 1988	107
3.4 Individualização da pena – artigo 5º, XLVI, da Constituição de 1988	114
4. Os princípios constitucionais penais nos processos sancionadores da ANP	119
4.1 Agências reguladoras no Brasil	119
4.1.1 Uma história recente	119
4.1.2 Influência das administrative agencies dos Estados Unidos	122
4.1.3 O modelo brasileiro.....	128
4.2 Poderes das agências reguladoras no Brasil	130
4.2.1 Poder normativo	130
4.2.2 Poder fiscalizador	138
4.2.3 Poder decisório sancionador	139

4.3 Processo sancionador na ANP – descrição e fundamentos normativos	142
4.3.1 Atividade sancionadora – atribuições legais da ANP	142
4.3.2 Divisão de atribuições de instrução e julgamento de processos sancionadores.....	144
4.3.3 A tramitação dos processos sancionadores na ANP	147
4.3.4 Solução consensual na atividade sancionadora da ANP	150
4.4 Análise dos processos julgados pela Diretoria da ANP no 1º semestre de 2019	156
4.4.1 Aspectos gerais.....	156
4.4.2 Referências aos princípios constitucionais penais	159
4.4.3 Aplicação no Direito Administrativo Sancionador com matizes	162
Conclusão	165
Referências	169
Legislação citada.....	181
Decisões judiciais	183
Anexo 1	187
Anexo 2.....	199